

O ENSINO DA LÍNGUA TERENA, COMO BASE NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS¹

Eliza Aparecida Pires dos Santos²
Jean Fabricio Aparecido dos Santos³

Resumo: A aldeia Brejão da etnia indígena Terena há cerca de doze falantes da língua materna. Objetivou-se nesta pesquisa integrar o conhecimento oral da língua terena na escola formal para a manutenção linguística através da escrita. Os procedimentos metodológicos abrangeram as pesquisas de campo e bibliográfica. Observamos entre as falantes anciãs os vícios de linguagem de fato modo contrario dos padrões normativo da língua portuguesa no âmbito fonológico, morfológico e sintático. Esta atividade integrou a valorização da tradição da língua oral, como princípio da educação em direitos humanos.

Palavras-chave: Aldeia Brejão1. Língua Terena 2.Educação em Direitos Humanos 3.

Abstract: There are about twelve speakers of Terena language in Brejão village. Those speakers are of Terena indigenous ethnic group. The objective of this research is to integrate the oral knowledge of the Terena language in formal school for linguistic maintenance through writing. The methodological procedures included field and bibliographic research. We observe among the older speakers, language vices so contrary to the regulatory standards of the Portuguese language within phonological, morphological and syntactical ambit. This activity was part of the appreciation of the oral language tradition, as a principle of education in human rights.

Keywords: Village Brejão1. Terena language2. Education in Human Rights3.

¹ Artigo científico elaborado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, ofertado pela Faculdade de Direito da UFMS, turma 2015/2016, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Hilário Aguilera Urquiza.

² Graduada pela UFMS/Campus de Aquidauana em 2014. Licenciatura Plena em História. E-mail: eaparecida2011@gmail.com

³ Graduado pela UFMS/Campus de Aquidauana em 2009. Licenciatura Plena em História. E-mail: jfontainebleau@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os falantes da língua materna na Aldeia Brejão da etnia Terena, localizada no município sul-mato-grossense de Nioaque neste ano de 2016. Verificou-se, 12 falantes do sexo feminino, cuja faixa etária é de 55 a 90 anos. A proposta de pesquisa pode ser considerada como uma tentativa de revitalização do ensino e da aprendizagem da língua, como base no Programa de Educação em Direitos Humanos através do auxílio destas falantes em conjunto com as professoras indígenas.

Os procedimentos metodológicos abrangeram as pesquisas de campo e bibliográficas. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, com o método histórico e monográfico, através das revisões bibliográficas e das entrevistas. Objetivou-se, assim integrar o conhecimento acumulado da oralidade das Terena, com os conhecimentos da escola formal para a manutenção linguística através da escrita concomitante a expressão verbal. Propondo-se, assim a garantia do ensino desta língua indígena, como estabelece a legislação brasileira através da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “§ 2º o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos de aprendizagem” (BRASIL, 1988).

A mulher idosa na cultura indígena torna-se, agente disseminadora da língua materna contribuindo assim, para a preservação e a manutenção da tradição como princípio da valorização dos conhecimentos práticos para as gerações futuras. A estrutura deste artigo científico está dividida em duas partes. A primeira analisa os antecedentes históricos do uso da língua terena, sobretudo pelos homens, enquanto a segunda parte apresenta a mulher indígena e a anciã Terena, como conhecedora da língua materna.

Antecedentes históricos do uso da língua terena

A presença dos indígenas da etnia Terena na planície fluvial do rio Urumbé, zona rural do município sul-mato-grossense de Nioaque é desde a época da eclosão da Guerra da Tríplice Aliança em fins de dezembro de 1864: é sabido que, estes indígenas já se faziam presentes nas Bacias dos rios Miranda e Nabileque, em tempos coloniais ibéricos. Assim, quando findo o período das bandeiras luso-brasileiras nas capitâncias e

depois, províncias de São Paulo e de Mato Grosso de fato, anteriores Províncias jesuíticas paraguaias, alguns contingentes indígenas bateram em debandada. Entretanto, podemos afirmar que, os índios Terena já habitavam o lugar que fora denominado de aldeia Grande ou Naxedaxe na vila de Miranda, desde meados do século XVIII. Estes dados poderão elucidar esta dúvida factual histórica ou mesmo refutar esta hipótese: diante desta suposição acerca desta temática, após a destruição da segunda redução jesuítica de Santiago de Xerez, já que a primeira fora uma povoação castelhana-paraguaia com o mesmo nome.

Martins (2002), afirma que, depois da destruição de Santiago de Xerez a cerca de quinze quilômetros de Aquidauana, a maioria das etnias indígenas fugiram para direções opostas. Havia em Xerez uma sociedade interétnica cuja formação indígena era composta por várias etnias, como por exemplo, Guaraní, Guaikuru e Guaná, os atuais Terena.

Em 1723 castelhanos no Paraguai tiveram notícia da colonização portuguesa já na região do *Rio Cuiabá*. José de Antequera y Castro, governador do Paraguai, ordena a ocupação nos campos de "Gerez" e, em 1593, Rui Diaz de Gusmám fundou a vila de Santiago de Xerez, no Itatim. Em 1726, Martin de Barua, novo governador do Paraguai, envia outra expedição para as "parajes de Jeres," visando os rios Iguatemi e Amambai. *Cabia aos colonos informar sob os acontecimentos da villa para o Adelantado de fato, as noticias denominadas por* "inteligência" de pessoas e índios paiaguás trazidos para Assunção, alertavam para a intenção portuguesa de invasão. *Incluindo além do Paraguai e também,* da parte ocidental dos territórios do norte (ROSSI, 2015. p.11-12).

O lugar da segunda povoação castelhana-paraguaia de Xerez, após a sua destruição permaneceu abandonada até os séculos XVIII e XIX, quando Francisco Solano López ditador paraguaio coloca na pauta das discussões as questões limítrofes fronteiriças com o Império do Brasil.

Este não estando de acordo declara guerra à República da Argentina e a Vossa Majestade Imperial Dom Pedro II em dezembro de 1864. Fora neste contexto que, os índios terena denominados pelo "Engenheiro Militar e primeiro tenente" (A RETIRADA DA LAGUNA, 2013, p.15) Visconde de Taunay, por guanás se refugiaram na planície fluvial do rio Urumbeba, cuja liderança foi o chefe depois, Capitão Joaquim Vitorino da Silva nos campos da Vacaria ou Serra de Maracaju. Quando a vila de Miranda e as aldeias Naxedaxe e Grande foram tomadas por uma das patrulhas do exército paraguaio, comandadas pelo coronel Barrios, com ajuda de doze famílias os

Terena fundaram a aldeia laranjal, alusão por causa do pomar ali formado por eles e depois, já em meados do século XX passou a ser conhecida por Brejão através de um Decreto-Lei da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil.

Sob o uso da língua terena, nos idos de 1870 a 1900 não encontramos nenhuma menção durante a revisão bibliográfica, mas decerto tenha acontecido um primeiro contato mais intenso com a língua portuguesa, em fins de 1880 isto é, com a aproximação destes indígenas com a sociedade regional. Oliveira (1976), afirma que a Aldeia Brejão está numa área territorial, cujo Título de posse declara a superfície total de 3.904^{ha}. Hectares, abrangendo uma superfície anterior de 2.800^{ha}. Hectares, já demarcados. Esta Aldeia foi fundada em 1904, numa área de Reserva firmada por Decreto-Lei de 1922, através da Intervenção do Coronel Nicolau Horta Barbosa nesta época Inspetor do Estado de Mato Grosso. A partir de 1925, o prédio do Posto foi erigido nesta Aldeia, localizada a cerca de quinze quilômetros do município de Nioaque. Já, em 1926 os indígenas do Brejão migraram para as “Aldeias Buriti e Francisco Horta” (OLIVEIRA, 1976, p.83-84).

Conforme Vargas (2003), o Decreto Nº 611 de 14 de dezembro de 1922, que permitiu o estabelecimento definitivo dos Terena liderados por Joaquim Vitorino da Silva para a região serrana de Maracaju. Findo o regime monárquico brasileiro e, com ele a crise deixada pelo Império de modo que os presidentes da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil tiveram que saldar as dívidas deixadas. Assim, os governos estaduais impulsionaram a economia através da cafeicultura no Vale do Paraíba entre os Estados da Guanabara atual Rio de Janeiro e de São Paulo. Para este projeto foi necessária à importação de mão-de-obra especializada para o plantio do café e a modernização das vias de comunicação, como por exemplo, a construção de linhas telegráficas e ferrovias. Enquanto no Estado de São Paulo, o trabalho do imigrante era assalariado, no entanto no Estado de Mato Grosso a mão-de-obra estava baseada num arremedo do sistema feudal. Os trabalhadores utilizados nesta economia agraria eram, sobretudo indígenas dos homens... Para Bittencourt e Ladeira (2000), os Terena nas décadas finais do século XIX viviam num sistema de servidão, conforme depoimentos abaixo:

Naquela época os Terena se encontravam fora de sua aldeia, trabalhando nas fazendas em condições de quase escravidão. Trabalhavam quase sem remuneração e muitas vezes os fazendeiros

simulavam o acerto de contas e diziam, aproveitando-se dos índios: ‘você ainda está devendo, portanto tem que trabalhar mais um ano.’ E a cada acerto de contas eles repetiam o mesmo. (Genésio Farias). O pessoal daquela época tinha medo porque ainda se lembrava do patrão que os chicoteava na fazenda. Quem se atrasava para tomar chá de manhã era surrado... Foi o finado meu avô quem me contou. Como castigo o pessoal tinha que arrancar o mato com as próprias mãos. Quando a comida estava pronta, eles mediam toda a sua tarefa. Eram quinze braças de tarefa e, mesmo não terminando a tarefa do dia, de manhã mediam outra tarefa, que acumulava (João ‘Menootó’ Martins). Meu pai, Belizário Rondon, da Aldeia Passarinho foi cativo da fazenda Sucuri. Para marcar o tempo, era orientado pela Lua Nova e para acertar a conta com o patrão ele fazia traços na bainha do facão, marcando os dias do mês. (Honorato Rondon da Aldeia Passarinho). (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.78-79).

Segundo Bittencourt e Ladeira (2000), São Paulo e Rio de Janeiro se transformaram em centros fabris de manufaturados e, no Mato Grosso, cuja a economia girava em torno de uma centralizada atividade agropecuária o governo republicano brasileiro e estadual, estimulou o desenvolvimento das vias de comunicação, mas, no entanto, faltava a mão-de-obra para está empreitada:

Em 1888, o Imperador D. Pedro II criou a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas. A sua primeira missão foi levantar os postes telegráficos da cidade paulista de Franca até a cidade de Cuiabá no Mato Grosso. Em 1900 foi organizada uma comissão para ligar o trecho do telegrafo de Cuiabá até a fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Liderada por Cândido Mariano da Silva Rondon, os primeiros índios que participaram dos trabalhos foram os Bororo. Depois, substituídos pelos Terena *que* participaram das atividades da Comissão até o final. Essa época ainda faz parte da memória dos mais velhos das aldeias. *Conforme as* palavras de Rondon, esse tempo de pós-guerra, o tempo da servidão, é assim descrito: Os Terena são explorados pelos fazendeiros. É difícil encontrar um *deles* que não deva ao seu patrão os cabelos da cabeça... E, se tem ousadia de fugir, corre o perigo de morte *e*, em tudo figurando a policia como co-participante em tais atentados (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.80-81).

Doravante a mão-de-obra dos Terena, os homens até este primeiro momento, para impulsionar a economia do sul de Mato Grosso foi indispensável para a modernização deste Estado, haja vista que este está situado numa área estratégica no contexto geopolítico por se tratar de uma fronteira. Os Terena, também atuaram na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e depois, continuaram nos trabalhos das fazendas. No século XX, os índios desta etnia continuaram se concentrando no trabalho dentro das fazendas, enquanto as mulheres ficavam nas aldeias. Assim, é possível lançar as luzes na seguinte hipótese que, foram os homens quem primeiro

aprenderam a falar a língua portuguesa, tendo em vista a necessidade do contato, nos trabalhos fora das aldeias, para a sobrevivência.

Conforme o testemunho de vida do Sr. Cassiano Pires de 73 anos: “Eu, fui criado pelo patrão o dono da fazenda que gostava de mim. Aí tinha um véio branco que tinha apelido de paraguaio que, não gostava de mim... Um dia de manhã eu tava tirando leite na mangueira. Ele, falou pra mim... o bugrinho toma seu rumo e dá um jeito na sua vida si não eu vô dar”⁵ (informação verbal). O preconceito contra os índios e os paraguaios parece que se tornaram frequentes, mais evidentes durante a década de 1950.

Em 1917, o trecho construído a partir de Porto Esperança foi ligado à linha de Mato Grosso e do Estado de São Paulo. Os Terena que trabalhavam na construção da Estrada de Ferro Noroeste ficaram na memória dos mais velhos: “muitos índios morreram pelos vários acidentes que aconteciam na Estrada de Ferro Noroeste... Estes trabalhadores indígenas eram de várias aldeias Terena, como por exemplo, da Aldeia Cachoeirinha participaram José Benedito, Elias Antônio Felix Úti Terena, lembra que participou da construção da ponte do sob o Rio Paraguai... (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.84).

Entretanto ainda nos idos do século XX, a imprensa brasileira divulgou a ação de grupos mercenários conhecidos pela alcunha de bugreiros “matadores de índios contratados por agências para especulação da terra” (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.93).

A Constituição de 1891, não trazia nenhuma referência aos grupos indígenas, dos Estados de Mato Grosso e os da região Amazônica... O governo estabeleceu o Direito dos índios ao seu território. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.94-95). Neste contexto sociocultural o governo da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, através do Serviço de Proteção aos Índios ou SPI implementou as seguintes diretrizes: “Educar os índios, ensinando a eles técnicas de agricultura, noções de higiene e as primeiras letras” (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.95). Em face desta determinação do SPI que, os Terena do sul de Mato Grosso foram inseridos como trabalhadores rurais nacionais. Entretanto, as mulheres que usufruirão desta determinação:

Mesmo vivendo fora das aldeias, espalhados pelas fazendas, os antigos nunca se esqueceram que eram Terena, continuando a falar a língua e em voltar para suas terras. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 96).

É relevante destacar neste cenário sociocultural dos idos de 1950, o êxodo dos Terena das aldeias para as cidades e as fazendas: enquanto os homens trabalhavam com as lides do gado, já as mulheres trabalhavam nas cidades de Aquidauana, de Miranda, de Campo Grande, de Nioaque e outras cidades do interior do Estado, como empregadas domésticas. Mas, durante a estada ou permanência destas indígenas nas casas das patroas eram comuns os maus-tratos, desde castigos físicos, psicológicos e sexuais. Além disso, também eram dispensadas sem receber o pagamento dos dias de trabalho. Segundo o testemunho de vida de Jean Fabricio Aparecido dos Santos de 42 anos:

A época da minha adolescência conheci uma senhora indígena que, trabalhava para uma senhora moradora de uma das ruas do Bairro Alto de Aquidauana. Às vezes ela desabafava comigo me dizendo que a patroa lhe dava resto de comida e comida azeda para se alimentar. Quando ia tomar banho o filho da patroa ficava espiando. Tudo isso, acontecia por que ela não sabia falar direito o português⁴ (informação verbal).

Muitos Terenas começaram a ir para as cidades em crescimento a partir do final dos anos 50, isto é o crescimento da população aldeã nas Reservas e a falta de emprego ou serviço comprometiam as oportunidades para um futuro melhor.

Para Bittencourt e Ladeira (2000), o Serviço de Proteção aos Índios SPI enfrentou uma crise administrativa e com a subida do governo militar em 31 de março de 1964, foi substituído pela Fundação Nacional do Índio a FUNAI. Entretanto, o novo Chefe administrativo herdou as dívidas do SPI e, de maneira imediata passou a fornecer a mão-de-obra masculina para as usinas de álcool no Estado de São Paulo. Estes agenciadores eram conhecidos pela alcunha de gato era firmado um contrato de trabalho temporário com a concordância do capitão da Aldeia: assim, cada índio contratado era levado para trabalhar no corte da cana-de-açúcar. A crise do petróleo no decorrer da década de 1974 a 1979, obrigou o governo militar brasileiro encontrar uma solução para o abastecimento da frota de veículos isto é, através da produção do combustível verde

⁴ Fonte oral: SANTOS, Jean Fabricio Aparecido dos. Depoimento sob a vida de uma amiga Terena de Miranda: Aquidauana set. 2016. Entrevistadora: SANTOS, Eliza Aparecida Pires dos. Kodak: EasyShareC182(05m). Entrevista concedida para elaboração do Artigo Científico do Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, cujo título é o ensino da língua Terena, como base na Educação em Direitos Humanos.

5.Fonte oral: PIRES, Cassiano. Depoimento sob a sua vida na fazenda: Aldeia Brejão. jul.2012. Entrevistadora: SANTOS, Eliza Aparecida Pires dos. Kodak: EasyShare C182(20m). Entrevista concedida para o Projeto de Pesquisa histórica sob a Aldeia Brejão.

6.Fonte oral: PIRES, Dirceu. Depoimento sob a sua vida militar: Aquidauana. set.2016

ou biocombustível ou álcool e nesta época também havia os carro movidos a gás de cozinha.

Como fora supracitada está crise em andamento teve como fator determinante a Guerra do Irã e do Iraque e de alguma forma as guerras do Vietnã de 1964 a 1975 e das Ilhas Malvinas entre a Inglaterra e a Argentina em meados de 1980 a 1982. Assim, enquanto os homens trabalhavam nas usinas de álcool e nas fazendas ou mesmo nas cidades. As mulheres idosas foram substituindo a sua mão-de-obra com as jovens de maneira que, agora os tempos já eram outros e as patroas também não eram as sinhás dos anos 50-60-70, mas havia resquícios de patroas maldosas. Já, citada acima neste trabalho denominados pelos Terena de “changa ou trabalho temporário” (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.98).

Estes jovens, que integravam 90% dos “changueiros,” se encontravam em um momento difícil. Eles sabem que a changa é o único destino que lhes é reservado, caso queiram construir suas vidas nas aldeias. Sabem também que, com pouca escolarização, estarão competindo em condições de extrema inferioridade num mercado de trabalho nas cidades.

A sobrevivência, como atestam os Terena que saíram das reservas Bananal, Ipegue e Buriti é como prestadores de serviços, trabalhando como empregados de comerciantes ou como mão-de-obra de serviços gerais.

“—Você tem vontade de sair fora da aldeia? — Aqui não tem trabalho é por isso que eu quero cair fora.— E por que não vai?— Tem a mãe e eu não tenho estudo. Só fiz até a sétima série (Nivaldo Albuquerque/23 anos). (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.99-101).

As ponderações de Bittencourt e Ladeira (2000), acerca desta temática são as seguintes: a FUNAI reconhece através de uma Portaria de 1984, o aumento territorial das aldeias indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul. “As áreas Terena, com exceção de Buritizinho, Limão Verde e Nioaque, como passíveis de ampliação” (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.101). As atividades manuais ficarão para o homem Terena, nos trabalhos desde a instalação das Linhas do telégrafo, a seguir pela construção da Estrada de Ferro Noroeste e nas décadas seguintes da Revolução de 1930 com a criação do Exército Brasileiro. Para ajudar deter o avanço do nazi fascismo nos campos europeus o contingente brasileiro da Força Expedicionária Brasileira de fato, a FEB incorporou os índios Terena, como combatentes no teatro de operações. Agora o índio além, de trabalhador rural nacional também, passa a ser incorporado como militar.

A época da Guerra do Paraguai de 1864 a 1870, os índios tinham participado dos combates os Terena, os Guaikuru e alguns Guarani. O testemunho de vida do militar reformado do Exército Brasileiro Sr. Dirceu Pires Cabo da Reserva de 49 anos: “A época da minha incorporação foi em 1986 e depois, entrei para reserva”⁶ (informação verbal). O Terena, do sexo masculino ficou marginalizado no âmbito dos trabalhos de cunho intelectual até meados da década de 1990 e depois, já a partir do ano 2000 que despontaram para Educação de fato, como os Professores indígenas desta etnia, como por exemplo, os Excelentíssimos Senhores Wanderley Dias Cardoso e Paulo Baltazar.

As questões fundiárias entre os produtores sul-mato-grossenses e os índios está na pauta das discussões recentes da imprensa e da política estadual. Neste panorama sociocultural que a educação em direitos humanos é necessária tanto para conscientizar os brancos ou não índios e também, os indígenas sob os seus direitos e deveres com a República Federativa do Brasil. Assim, é necessário o ensino bilíngue no currículo escolar das aldeias como forma de resgate cultural e social dos indígenas. Isto é, a preservação da identidade cultural e étnica indígena das novas gerações.

A mulher indígena e a anciã Terena, como conhecedora da língua materna

Em fins da década de 1970 e a partir dos anos de 1980, ocorreram várias mudanças no cenário político brasileiro, como por exemplo, a aprovação da Lei da Anistia, a campanha das Diretas Já e a Eleição para presidente o Brasil redemocratizado outra vez. É sabido que, o país vivenciou esta experiência ainda nos anos dourados de 1950 a 1964, com o fim da Guerra Fria de 1950 a 1989, com a derrubada do muro de Berlim que dividia a Alemanha em duas. Findo os anos 1980, já a partir da Eleição presidencial de 1990 que elegeu Fernando Collor de Mello como Presidente da República Federativa do Brasil. Neste contexto, as questões indígenas ganharam notoriedade, isto é, no âmbito das demarcações e ampliações das reservas brasileiras, impulsionada pelo movimento indígena que se organiza a partir dos anos de 1970.

A respeito dessas considerações supracitadas Jaqueline da Paz Oliveira (2005), afirma que, o Título Definitivo de propriedade das posses territoriais dos índios Terena da Aldeia do Brejão é datada do dia 21 de novembro de 1965:

Em 1989 a FUNAI — Fundação Nacional do Índio realizou a aviventação dos limites territoriais dos índios Terena no Brejão. Revistos e estabelecidos os marcos, a Terra de Nioaque encontra-se com 3.029.3529 (três mil e vinte e nove hectares, trinta e cinco ares e vinte e nove centares). Constituindo-se as aldeias de Brejão, Água Branca, Cabeceira e Taboquinha. Este território indígena foi homologado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Federativa do Brasil Fernando Collor de Mello.

Conforme o Decreto Nº307, de 29 de outubro de 1991, publicado no Diário Oficial da União, Seção I de 30 de outubro de 1991, devidamente matriculada em nome da União Federal sob o número R01/881 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul, em 21 de novembro de 1991. (Processo 739/90.Fls.62-3.Anexo B. In: OLIVEIRA, J., 2005, p.52-53).

Ainda a partir da autora Jaqueline da Paz Oliveira (2005), a palavra Brejão refere-se a acidente topográfico, que deu nome às terras. O território está localizado na área municipal de Nioaque, entre as coordenadas geográficas confrontantes:

‘Norte: Município de Nioaque; Leste: Avelino Nogueira; Sul: Vicente Anastácio; Oeste: Proprietários Diversos.

Histórico: Habitam estas terras desde tempos imemoriais. Os índios de Nioaque, obtiveram através do General Cândido Mariano da Silva Rondon a legalização de suas terras em 1924, como recompensa por participar das lutas na Guerra Brasil-Paraguai. Foram demarcadas por Nicolau Horta Barbosa. Nº de Famílias: 120,01—Brejão (Sede) Capitão Antônio Vicente Pio.

Brasília, 28 de abril de 1981. Benedito Delcio Marostegan Engº. Agrimensor DID/DGPI CREAº66937/SP’.

Podemos constatar, dessa forma, a regularização fundiária oficial desta Terra Indígena, local da realização da nossa pesquisa.

A partir desse contexto do território e da comunidade, o tema que nos toca é o da língua e o papel da escola e das mulheres na revitalização da mesma. Como sabemos, esta ação tem a ver com a Educação em Direitos Humanos, afinal, preservar a língua de um povo é um dos seus direitos básicos.

A este respeito, também foram para as pautas de votações no Congresso Nacional Constituinte, as Leis sob a regulamentação da Educação Indígena, cultura e território, fixadas na Constituição Federal de 1988:

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (EC nº48/2005).

Art.231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

É interessante observar um dos muitos aspectos sociais do povo Terena, sobretudo, a respeito da comunicação, sendo esta, a essência feminina ou própria da expressão utilizada nas relações comerciais e familiares. Assim, quando estão negociando as suas produções da horticultura de porta em porta ou na feirinha indígena próxima da Estação Ferroviária de Aquidauana e também, na feirinha em frente do Mercado em Campo Grande, podemos observar a predominância das mulheres.

É uma cena comum às anciãs se comunicarem na língua materna, quando estão esperando o ônibus no Mercado Municipal de Aquidauana e, preferem ao invés de conversar em português a língua terena. Entretanto, é quase raro ver uma jovem conversar com elas haja vista que, as jovens indígenas entendem algumas palavras enquanto as outras falam da mesma maneira algumas palavras. Outro aspecto relevante das anciãs Terena, que sempre ao se comunicarem estão sorrindo e sempre contentes. Quanto aos problemas pessoais é sempre resolvido no âmbito doméstico e nunca em público. A maioria dessas senhoras indígenas fala a língua portuguesa com sotaque ou com sinais de que não dominam completamente esta linguagem.

Podemos ver que Bicalho e Nunes (2005), assim se expressam com relação ao que estamos expondo:

História das três irmãs Dona Maria Pereira da Conceição: Aldeia Brejo Mata Fome:

O rei tinha três fia. Duas se casou ficou uma por nome de Silivana, que era a mais feia que tinha. O pai de Silivana chamou um nego pra ajudar a fia a se casar e falou:

— O Conde! O rei mandou cê matar a dona *sinhá* condessa pa casar com Silivana. — Oh, diacho! Matar um bem querer, pra querer um malquerido (BICALHO; NUNES, 2005, p.81-83-84-85).

Assim, é importante destacar neste fragmento da literatura popular dos índios Xacriabá a forma coloquial de linguagem logo que, se comunicam no uso da língua portuguesa. Isto é, conhecido por: “Modo de falar que contraria os padrões normativos

de uma língua no âmbito fonológico, morfológico ou sintático” (LAROUSSE, 2004, p.785). Neste sentido também, é importante destacar a tradição ágrafa das línguas indígenas sendo a oralidade representada por símbolos e signos. É por isso que as Terena usam de expressões, cuja morfologia não é a dos padrões normativos, mas a de linguagem comum, como por exemplo, *vortar* é igual a voltar na língua portuguesa. Mas, também, ganha o sentido de expressão derivada da língua espanhola de: “volver” (D’ALBUQUERQUE, 1991, p.1358).

É sabido que o encontro das culturas dos indígenas sul-americanos com a cultura ibérica causou influências tanto no âmbito cultural quanto linguístico e nas expressões cotidianas, de ambas as culturas. É o caso da língua Guaraní no Paraguai: “mbaraka y mbaraka és la maraca” (DUARTE, 2010, p.16-17).

Assim como acontece com a cultura, a língua também é dinâmica e, mesmo sem perder sua essência, pode emprestar e tomar emprestado elementos de outras línguas vizinhas, com as quais entra em contato.

Figura 1: Anciãs da família Vicente da Aldeia Brejão dialogando entre elas, na língua terena



Fonte: arquivo dos autores (2016)

Figura 2: Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Angelina Vicente



Fonte: arquivo dos autores (2016)

Nas fotos acima, constatamos o espaço do cotidiano utilizado pelas mulheres terena, no exercício de comunicação na língua materna, assim como o espaço da escola, local privilegiado que deverá ser aproveitado para, no âmbito da Educação em Direitos Humanos, incentivar a valorização da língua e da cultura terena.

Constatamos que desde fins dos séculos XVIII e XIX, decerto isto tenha contribuído para adequar “as diferenças de forma e identidades de significados” (BONATTI, 1974, p.52), quando falamos na dinamicidade e empréstimos de significados e formas que ocorre com as línguas.

Na sequência apresentaremos alguns relatos de mulheres anciãs terena, que foram ouvidas no âmbito deste trabalho de pesquisa. O relato a seguir da patronesse da Escola de Ensino Médio da Aldeia Brejão sob a educação escolar indígena faz as seguintes ponderações:

Entrevistamos a bisneta do Capitão Joaquim Victorino da Silva que foi a primeira Prof.^a da Aldeia Brejão e o seu esposo que assumiu a Chefia desta aldeia na década de 1970 como Cacique.

Estamos aqui neste momento, para fazer este debate, uma recordação sobre a Aldeia Brejão de Nioaque com a Sr.^a Angelina Vicente e o seu esposo o Sr. Leopoldo Vicente que também, são partes da História do Brejão.

Sra. Angelina: Antigamente não tinha professor, existia professor que era encarregado, mas, não era direto. Nesse tempo eu fui nomeada, como você disse a primeira professora. Porque do tempo que eu fiquei, 25 anos, lá trabalhando, lutei com muita dificuldade e trabalhei 14 anos no Brejão. Aí depois eu, casei e o meu velho começou a me ajudar, no começo a casa da escola: como diz, já começava a dispensar os alunos, porque a casa não era uma escola e aí com o tempo ele foi me ajudando e aí fez uma casa para a sala de aula, aí afirmamos mais um pouco a melhoria da escola. E, os alunos a mesma coisa e ele foi me ajudando a orientar os alunos.

A gente foi ajudando a unir as crianças. Mas, que foi difícil no começo foi. Desde o uniforme, o material nós tivemos que dispor do nosso salário para poder comprar. Material pros nossos alunos até hoje, nós somos bons moradores. É um bom morador de lá. E, até posso dizer, como moradora não mais, mas, como professora, não sou professora formada, como dizer uma leiga e eles, sempre pedem a nossa volta prá lá... Mas, não dá mais pra voltar né... Já, foi tempo e então não dá mais pra voltar (Sra. Angelina, 76 anos).

Sr. Leopoldo: Foi muito difícil, até hoje ainda há dentro da Aldeia dificuldades. Você vê um dos fundadores do Brejão, me colocaram de Cacique da Aldeia assim, na marra com trinta dias de casado. Olha reuniram pra se assumir a comunidade eu, não entendia nada. Como você acabou de ouvir, como era a escola naquela época do Serviço de Proteção aos Índios, o SPI não era a Fundação Nacional do Índio a FUNAI. Foi em Campo Grande que procurei a Direção lá, trabalhei dois anos juntamente com o povo e o meu trabalho foi apenas, de dois anos. E, no terceiro ano eu parei. Mas, foi muito bom e até hoje, algumas pessoas daqueles tempos eles, vão lá em casa em Campo Grande, MS (Sr. Leopoldo, com 82 anos).

Sra. Angelina: Eu agradeço por ter lembrado da nossa aldeia e a sua história né... “Aldeia Brejão.

Para nós autores, é gratificante falar através da escrita, da historiografia sobre a Aldeia Brejão, talvez, ainda desconhecida no mundo acadêmico neste trabalho sobre a importância da língua e a nossa história vista por nós da etnia indígena dos Terena de

Nioaque. Agradecemos à Sr.^a dona Angelina professora que enxergou a importância da Educação brasileira, como necessária para a transformação e a ascensão do nosso povo no mundo dos não índios. O Sr. Leopoldo lembra que o pai da Angelina foi um dos fundadores da Aldeia Brejão, o filho do Capitão Joaquim Victorino da Silva, “bisavô”.

A escola que, a Sr.^a Angelina mencionou é hoje a Escola Municipal Indígena 31 de Março de Ensinos Básico e Fundamental, localizada próxima do Posto do Brejão. Outro relato, mais, recente é da Prof.^a indígena Ilza Vicente Soares que, contribuiu com esta pesquisa de fato a “tia buy” a qual identificou e nos auxiliou para este levantamento. Segundo informações da prof.^a Ilza, no Brejão são apenas doze idosos a maioria formada por mulheres que, ainda falam a língua materna. A idade destas falantes é de 50 a 90 anos de idade, (ver fig.4): Segundo a “tia buy” no final de 1970, foi proibido ensinar o Terena, para as crianças e os adolescentes da Escola 31 de Março. Isto é, era para ensinar o português.

Como sabemos, esta era uma prática antiga, a qual teve início já com o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), quando colocava a mulher do Chefe de Posto como professora nas aldeias e a língua ensinada nas escolas era apenas a portuguesa, com total descaso pelas línguas indígenas.

Figura 3: Patronesse Sr.^a prof.^a Angelina Vicente e o seu marido Sr. Leopoldo Vicente



Fonte: arquivo dos autores (2016)

Figura 4: Sr.^a prof.^a Ilza Vicente Soares “tia buy”



Fonte: arquivo dos autores (2016)

Estes relatos ajudam a explicar o motivo dos indígenas jovens da Aldeia Brejão desconhecerem a língua materna. Outro fator desse problema é sobretudo, o choque de gerações no que, diz respeito a cultura patriarcal em relação as mulheres, de modo que as jovens que pretendem ascender como profissionais através da educação, mudam da Aldeia para outras cidades para continuar os seus estudos.

A língua Terena é ensinada no lar pelas mães aos seus filhos pequenos. Nos primeiros anos da década de 1990, nas escolas Terena, foram realizadas no Estado as experiências pioneiras de alfabetização bilíngue (MARTINS, 2002, p.66).

Sobrinho (2010) afirma que, a respeito das variações linguísticas elas ocorrem também noutras línguas, ou seja, são denominadas por empréstimos de palavras e frases. Isso também acontece com os falantes da mesma língua é o caso, por exemplo, dos falantes da língua materna da Aldeia Cachoeirinha que é vista como referência no ensino e aprendizagem da língua materna:

A mistura de língua terena com a língua portuguesa é muito marcante na fala, dos jovens e crianças. Essa realidade traz bem clara a ausência de uma política linguística para a língua terena. A adaptação da língua

terena para a língua está ocorrendo, *através da* presença das inovações tecnológicas e o não uso da língua materna por parte desses professores. É justificado pela não valorização da língua terena e por isso a opção pelo português (SOBRINHO, 2010, p.47).

Segundo Sobrinho (2010), ensinar a língua portuguesa na escola é importante, entretanto a maioria dos alunos não compreendem e, em muitas vezes os professores recorrem aos idosos já que são eles que sabem falar a língua materna:

Esses professores, quando estão em sala de aula, recorrem à língua materna, tanto na oralidade como na escrita, para facilitar a explicação e compreensão do conteúdo. Tenho vivenciado esse fato com os meus alunos, pois é comum perguntarem se na resposta da atividade é necessário o uso do português ou se a resposta pode ser dada em terena (SOBRINHO, 2010, p.).

Podemos constatar a partir das observações da professora Sobrinho (M^a de Lourdes), a qual é professora em escola terena, que apesar de se ensinar a língua portuguesa em sala de aula, é ainda a língua terena a mais utilizada no processo de comunicação entre professores e alunos. Lembramos ainda, que a orientação é que nas aldeias onde se fala a língua terena, que as crianças sejam alfabetizadas na língua materna.

Na sequência apresentaremos a realidade sob o processo de aprendizagem e ensino da língua terena, no âmbito da Educação Indígena sob o ensino bilíngue na Aldeia Brejão em Nioaque. Está no início e ainda não pode acumular resultados significativos de modo que, a proposta apresentada está pautada na revitalização da língua materna, isto é, cumprir com a normativa da legislação:

A educação no Brasil foi construída visando à reprodução de modelo. Os conteúdos que são apresentados nas escolas contribuem nesse processo. A hiper valorização das ciências exatas e biológicas em detrimento das humanas é um indicador dessa realidade. Nos espaços em que a discussão desse modelo histórico poderia estar sendo mais profundamente discutida, observa-se a sua redução (FERNANDES; JUNIOR. In: AGUILERA URQUIZA, 2014, p.276).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394/96, por sua vez, avança na conceituação e especificidades da educação indígena. De fato, traça parâmetros e diretrizes para que esta educação específica, diferenciada, bilíngue, comunitária e intercultural ocorra§4º,32, §3 º,78,"caput,"incisos I e II,79,"caput," §1º e 2º. (MPT: PEREIRA; SOUZA. In: AGUILERA URQUIZA, 2014, p.87).

É através da conscientização sob a importância da educação em direitos humanos, para estabelecer na grade curricular escolar indígena o ensino e a aprendizagem padronizada com programas de capacitação dos professores das aldeias no âmbito universitário no que, tange os processos de ensino e aprendizagem bilíngue, como por exemplo, com a elaboração de manuais didáticos das disciplinas afins. Assim, este material poderá ser utilizado em todos os estabelecimentos de ensinos públicos aldeões do Estado de Mato Grosso do Sul a partir de 2017.

Sugerimos, dessa forma, que a revitalização da língua terena na Aldeia Brejão poderá ser encarada como uma proposta de Educação em Direitos Humanos e ser inserida nos currículos escolares, assim como, na formação continuada de professores indígenas, sem esquecer a importância da elaboração de materiais didáticos bilíngues.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, que a língua Terena nas Aldeias desta etnia indígena, apresenta as variações linguísticas e os problemas com a linguagem de modo que, a juventude das décadas de 1980-1990-2000-2016, não sabem falar a língua materna e, sendo assim, está é apenas do conhecimento dos idosos sobretudo das mulheres. Já entre os homens não há interesse de ensinar e aprender, entretanto não é apenas na Aldeia Brejão, que ocorre está problemática de maneira que existem outras aldeias ainda não identificadas.

Esta fragilidade no uso da língua terena na atualidade, é fruto de um longo processo histórico de negação da diversidade cultural dos povos indígenas, em especial, o direito a falarem suas línguas. Após tanto tempo de exclusão da língua indígena, na atualidade, a juventude não domina mais este idioma, o qual, a cada dia, fica mais restrito apenas às pessoas idosas, especialmente às mulheres.

BIBLIOGRAFIA

ALBURQUERQUE, A.Tenório D'.Dicionário espanhol e português: mais de 15.000 americanismos incluídos. Belo Horizonte, MG: Villa Rica; Rio de Janeiro: Ed. Reunidas, 1991.1377p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.NBR6023:informação e documentação: referências e elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 7p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.NBR10520:informação e documentação: citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação . Rio de Janeiro, 2003. 3p.

AZAMBUJA, Janete Lili; CABRAL, Cimara F.de Oliveira; JOÃO, Waldir. Dicionário da Língua Terena: Vivávakapa ra Vemó ú. Anastácio, MS: SEMED,2001.

BARROS, José D´Assunção. O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico.5.ed.Petrópolis, RJ: Vozes,2009.227p.

BICALHO, Alice. Et.al.Com os mais velhos: Povo Xacriabá. Belo Horizonte: CGEEI/FALE/LITERATERRAS/MEC/OEIX/SECAD/UFGM,2005.156p.il.

BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. A História do Povo Terena. Brasília, DF: MEC; SEF;USP,2000.156 p.il.(Livro didático).

BONATTI, Mario. Aculturação linguística numa comunidade rural italiana de Santa Catarina (Cont.). In: Revista da Faculdade Salesiana, Lorena, SP, ano 15,n.23,p.49-73,1974.

BRASIL. Artigo 210 da Constituição Federal, parágrafo 2º, o ensino regular será ministrado em língua portuguesa, asseguradas às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Brasília, DF: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.; 460p.;p.122.

ENTREVISTADA: Profa. Ilza Vicente Soares que, lecionou desde 1976 nas Escolas Indígenas: 31 de Março e Angelina Vicente ambas situadas na Aldeia Brejão da comunidade da etnia Terena no município sul-mato-grossense de Nioaque. DATA: 11 ago.2016. FORMA DE ENTREVISTA: Telefone móvel de fato, Celular com a utilização do whatsapp. HORA: 22h00min. Início 22h30min. Término. ENTREVISTADORAS: Eliza Aparecida Pires dos Santos e Jean Fabricio Aparecido dos Santos: ASSUNTO: Projeto de Pesquisa: O Ensino da Língua Terena, como base na Educação em Direitos Humanos.

FERNANDES, Magda Carvalho; JUNIOR, Mario Teixeira de Sá. O Direito à Educação no Brasil entre a Teoria e a Concretude Histórica. In: AGUILERA URQUIZA, Antonio H. (Org.). Formação de Educadores em Direitos Humanos. Campo Grande: EDUFMS, 2014,p.255-276.349 p.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: Projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2003.291p.

LAKATOS, Eva Marina; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6.ed. 7.rei.São Paulo: Atlas, 2006.207p.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A Monografia Jurídica. 3.ed. rev. São Paulo: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 1997. 379p.

MARTINS, Gilson Rodolfo. Breve painel Etno-histórico de Mato Grosso do Sul.2.ed.amp.e rev. Campo Grande, MS: UFMS,2002. 100 p.,il.,21 cm.(Formação inicial e continuada de professores).

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11.ed.São Paulo: Atlas, 2009.

MPT/MS; PEREIRA, Cicero Rufino; SOUZA, Edson Pereira. Educação para os Direitos Humanos: A Fronteira Etnocultural e o Trabalho Infantil. In: URQUIZA,

Antonio Hilário Aguilera (Org.). Formação de Educadores em Direitos Humanos. Campo Grande: EDUFMS, 2014, p.79-101.349 p.

9ºBATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE. Carlos Camisão. Aquidauana, MS:RGA,dez.1997. 72 p. Edição Especial.

NUNO, Fernando; POZZOLI, Thereza; RODRIGUES, Diego. (Coord.). Larousse escolar da língua portuguesa. São Paulo: Larousse do Brasil; Sabiá,2004.800 p.

OLIVEIRA, Jaqueline da Paz. O processo de desterritorialização: dos índios Terena de Nioaque.2005. 83f. Especialização (História Regional) — Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna. Prefácio: Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: F. Alves,1976.152p.,il.,21 cm.(Ciências sociais).

PORTILLO, Alba Duarte. Arte sagrado de la cultura Ava Guaraní. Investigaciones interculturales, Asunción,2010.

RIBEIRO, Renato Alves. Taboco 150 anos: Balaio de recordações. Campo Grande,MS; São Paulo: PROL ED.GRÁFICA,1984.233p.,il.

ROSSI, Marco Aurelio Ferreira. Fronteira e Limites: Brasil e Paraguai: A Crise de 1965. Ponta Porã, MS: HORIZONTE VERDE, 2014.98p., il.

SANTOS, Eliza Aparecida Pires dos. Ervas e raízes: como parte do saber tradicional Terena, na Aldeia Brejão. 2014. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)-Campus de Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2014.

SOBRINHO, Maria de Lourdes Elias. Alfabetização na língua Terena: uma construção de sentido e significado da identidade Terena da Aldeia Cachoeirinha./Miranda/MS. 2010. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

VAZ, Arizontina Malheiro. O trabalho com a língua Terena no ambiente escolar da Aldeia Limão Verde. 2007. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)-Campus de Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2007.

VISCONDE DE TAUNAY. A Retirada da Laguna.2.ed.São Paulo: MARTIN CLARET, 2013.159v.